



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO 2012-2014
TRABALHO DE FINAL DE CURSO

**Título: EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS FAMILIARES ASSENTADOS
DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ELDORADO II**

Aluno: ALESSANDRO HIDALGO SANTOS

Professor orientador: ROBERTO WAGNER ANDRADE DA SILVA

Tutor: ROBERTO WAGNER ANDRADE DA SILVA

Banca (a ser preenchido pela secretaria do curso):

EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS FAMILIARES ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ELDORADO II

Alessandro Hidalgo Santos¹
Roberto Wagner Andrade da Silva²

RESUMO

A educação ambiental destinado aos familiares do projeto de assentamento Eldorado II busca conscientizar, mostrar, identificar, e transmitir conceitos sobre a preservação das áreas de RL (Reserva Legal) e APP (Áreas de Preservação Permanente) existente dentro deste assentamento. Estas áreas ambientais são ocupadas indevidamente por banhistas com finalidade do lazer e por famílias a fins de atividades agropecuárias com a introdução principalmente de animais com características tanto de produção de leite quanto para corte. Apesar das informações empíricas e dos conhecimentos que possuem os familiares referentes às leis ambientais, e das multas que podem acometer diante das situações de desrespeito com o meio ambiente em que vivem, houve a necessidade de transmitir o conhecimento, e o benefício que a preservação e conservação trazem ambientalmente ao sistema de produção e consequentemente para própria vida, de forma que conglomerassem o eixo sócio-econômico-ambiental. Visando a necessidade de mudanças de conceitos ambientais das famílias, foram realizados palestra e dia de campo com intuito de transmitir e demonstrar de forma prática e teórica o conhecimento necessário para a preservação do meio ambiente, vivenciando “in locu” problemas gerados com os impactos ambientais e até mesmo de medidas mitigadoras que advém nestas áreas, através de conceitos básicos e metodológicos da educação ambiental. A palestra e o dia de campo foram realizados no dia 20 de setembro de 2012, com a participação de aproximadamente 40 famílias que puderam assimilar toda a situação problema e alternativas para viver ambientalmente de forma correta e sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

Palavras-chave: 1. Educação ambiental 2. Preservação 3. APP – Áreas de Preservação Permanente e RL – Reserva Legal 4. Famílias 5. Projeto de assentamento.

INTRODUÇÃO

A consciência sócio econômico de um indivíduo em relação à preservação e conservação do meio ambiente é um fator que determina as características na qualidade de vida pessoal, coletiva e no equilíbrio da biosfera do planeta. A maioria das pessoas no mundo sabe da importância da preservação e do benefício que o meio ambiente traz, mas nem todos faz conscientemente o que deve ser feito para manter em equilíbrio os ecossistemas; tendo em

¹Santos, Alessandro Hidalgo do Curso de Especialização em Educação do Campo ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/EaD (2012-2014), Polo de Rio Brilhante, MS. E-mail: alessandrohidalgo@hotmail.com

²Trabalho de Final de Curso, desenvolvido em 2012-2014, sob a orientação da Prof.ª MSc. Roberto Wagner Andrade da Silva, UFMS. E-mail: robertowa@yahoo.com

vista esses conceitos os projetos de assentamentos da reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, vê a grande necessidade da produção de alimentos para geração de renda familiar, saindo da subsistência ou da soberania e segurança alimentar, e passando realizar a produção para fins comerciais sem nenhum planejamento ou preocupação ambiental, podendo assim, gerar danos irreversíveis ao ecossistema na parcela, ou seja, na unidade familiar de produção e consequentemente expandindo o desequilíbrio ambiental como um todo.

Essas atitudes tomadas para o aumento da produção e até com o aumento da área, sem acompanhamento ou orientação técnica, e sem uma prévia avaliação ou até mesmo um análise em relação à utilização de novas tecnologias que possa atender os familiares assentados na geração de renda, pode comprometer ainda mais a qualidade e preservação dos recursos naturais, sendo assim, um desrespeito ao ecossistema local e à legislação ambiental no que se refere às Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL).

Através de diagnóstico visual, observando os setores dentro do projeto de assentamento Eldorado II, onde localiza essas áreas de preservação e a sua exploração indevidamente surgiu à necessidade de realização de palestras educativa e dia de campo, para despertar dos familiares assentados a forma correta de usufruir com equilíbrio e produzir sem prejudicar o meio ambiente.

Devido as grandes áreas existentes de RL – Reserva legal e APP – Área de Preservação Permanente dentro do Projeto de Assentamento Eldorado II, e a utilização dessas áreas pelos parceiros por exploração econômica e social sem conscientização ambiental é forma pela qual apresenta este relato.

O Projeto de Assentamento Eldorado II localizado a 33 km de distancia do município de Sidrolândia-MS, sendo um número de unidades familiar de produção com 777 lotes e área média de 9,4 hectares. Este Projeto de Assentamento tem como atividade principal desenvolvida a Bovinocultura de Leite atingindo aproximadamente mais de 75 % com a aptidão leiteira em sistema extensivo de produção e o restante com a aptidão entre a agricultura tradicional e hortifrutigranjeira. As áreas de RL - Reserva legal e APP - Área de Preservação Permanente com aproximadamente mais de 2000 mil hectares. Desse montante de área de preservação aproximadamente 50% encontra-se com vegetação nativa; possui um grande potencial hídrico com represas e córrego.

O solo é argiloso do grupo latossolo roxo e com áreas degradadas através de erosões e uso sem manejo adequado. A vegetação existente se encontra um ecótono com remanescente de cerrado e mata atlântica. Faz parte da sub-bacia do rio Ivinhema e bacia do rio Paraná.

Os familiares foram assentados no ano de 2006 e tem como representante municipal o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia e o representante estadual a Fetagri-MS.

No Assentamento Eldorado II, as áreas de reserva legal estão inseridas no Bioma Cerrado, o segundo maior do País, superado apenas pela floresta amazônica, caracterizado por tipos específicos de vegetação, como a caatinga, o cerrado entre outros. É cortada por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul, com índices pluviométricos regulares que lhe propiciam a biodiversidade. Os extratos fitogeográficos de ocorrência, na área de reposição da reserva legal, foram identificados a campo com o auxílio do atlas multirreferencial. Cabe ressaltar que tais fitofisionomias sofreram muitas ações antrópicas, que acabaram por modificar suas características iniciais. O PA Eldorado II, é parte de área remanescente da época do desbravamento, em que os proprietários das grandes extensões de terras contratavam os meeiros para abrirem às matas e deixarem plantadas gramíneas destinadas à alimentação dos rebanhos; em consequência ao meio ambiente, influenciava-se negativamente, pois o desmatamento predatório antrópico era um fator primordial na ocupação territorial.

Considerando ainda que no PA Eldorado II predominam os relevos aplanados a suaves ondulados, são muito propícias as práticas agrícolas, não tanto em função das características do solo, mas também em função da facilidade de manejo mecanizado, por se tratar de região aplanada, principalmente os solos mais argilosos de origem de sedimentos terciários ou de rochas basálticas, possuem boas potencialidades agrícolas e já são muitos utilizados para produção de grãos em geral e cana de açúcar. Em várias localidades encontram-se áreas de textura média, e dada à característica e fragilidade deste solo, acontecem os processos erosivos. O Assentamento precisa de um plano de recomposição e conservação da área de reserva legal (906,0189 ha), recuperação dos açudes e algumas estradas, sendo esta última, de impacto negativo ao desenvolvimento do projeto, tendo em vista a grande dificuldade de acesso às parcelas e /ou escoamento da produção para o mercado mais próximo.

A conscientização através da educação ambiental é de suma importância para os familiares nas questões ambientais (solo, vegetação e etc), pois vem sendo utilizados as áreas de RL - Reserva legal e APP - Área de Preservação Permanente sem consciência com a exploração através da agropecuária e do lazer com banhistas.

A experiência:

Diante da necessidade de educar ambientalmente os familiares, foram realizadas reuniões de educação ambiental e dia de campo com os parceiros do Projeto de Assentamento Eldorado II atingindo aproximadamente 40 pessoas na palestra e dia de

campo, realizado no dia 20 de setembro de 2012. Foram utilizadas para a realização do dia de campo palestra educativas ambientais, apostilas, data show e prática no campo demonstrando as áreas de preservação existentes e a situação problema do lugar onde foi realizado, tais como exploração de atividades de bovinocultura em reservas legais, abaixo segue especificados os procedimentos utilizados para a realização da palestra e dia de campo:

Palestra:

- ✓ Introdução de solo;
- ✓ Manejo e conservação do solo;
- ✓ Utilização de terraços quanto à forma e tipo;
- ✓ Procedimento para recuperação de áreas degradadas.

Prática de Campo:

- ✓ Inventário florestal;
- ✓ Métodos de recomposição de floresta;
- ✓ Localização de Áreas de RL e APP's;
- ✓ Procedimento para recuperação de áreas degradadas e manejo do solo, água e planta.

Definição do problema

Devido a utilização das áreas de RL - Reserva legal e APP - Área de Preservação Permanente sem consciência com a exploração através da agropecuária e do lazer com banhistas surgiu a necessidade de orientar os familiares interessados em participar da palestra e do dia de campo com o tema: Educação ambiental aos familiares assentados do Projeto de Assentamento Eldorado II.

E através da educação ambiental poder passar informações relevantes com a conscientização em relação ao meio ambiente, sendo elas:

Como contribuir para a conscientização ambiental dos familiares assentados?

Quais as formas de contribuição ao meio ambiente que os familiares assentados podem realizar?

Porque é necessária a conscientização ambiental dentro e fora do Projeto de Assentamento?

Este trabalho com a comunidade teve como objetivo promover a melhoria das condições ambientais, compatibilizando-as com o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental sustentável das famílias assentadas, e programar um sistema de identificação, difusão e transferência de tecnologias e metodologias de gestão ambiental e de conservação

de recursos naturais, visando à melhoria significativa da situação ambiental no Projeto de Assentamento Eldorado II.

Pela ausência de conhecimento da legislação ou pela não intimidação com a mesma, muitos assentados têm explorado de forma predatória as áreas de reserva legal e de preservação permanente, contribuindo para o aumento expressivo do passivo ambiental em projetos de assentamentos humanos (XIMENES et al, 2008).

Os assentamentos rurais, materialização da reforma agrária, são responsabilizados por sérios danos ao meio ambiente, consequência de práticas agrícolas degradadoras, desmatamentos. Olmos et al (2007), argumentam que áreas de reservas legais não são corretamente conservadas.

Nos assentamentos de reforma agrária, devido à crescente necessidade de produzir alimentos nota-se o uso intensivo da terra sem uma preocupação ambiental. O reflexo de anos de exploração é observado nos baixos índices de produtividade, baixos níveis de produção. Para incrementar a produção muitos produtores optam por aumentar a área plantada (RIBEIRO et al., 2005).

As áreas de APP - Áreas de Preservação Permanente em relação a largura dessas áreas podem variar de acordo com cada situação determinada por lei. As suas dimensões variam conforme a largura dos cursos d'água, a largura nas nascentes e olhos d'água e projeções horizontais nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo (BRASIL, 2009). Segundo Rheinheimer et al. (2003) 58% do total das APP estão sendo utilizadas inadequadamente sob a forma de lavouras e pastagens, o que pode ocasionar desequilíbrio ambiental.

As RL's são um espaço localizado no interior de uma propriedade rural, necessário ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação da natureza (processos ecológicos), conservação da biodiversidade e abrigo para plantas e animais nativos. O Código Florestal brasileiro determina que toda propriedade rural deve-se preservar 20% de sua área total, onde não pode acontecer a derrubada a mata nativa. Esta área chamamos de "Reserva Legal". O parágrafo 2 do artigo 16 da Lei 771/65 estabelece: "A Reserva Legal, assim entendida a área de, no mínimo 20 % (vinte por cento) de cada propriedade. As APPs e ARLs foram instituídas no Código Florestal (Lei 4.771/65) com o propósito de promover a preservação das florestas e demais formas de vegetação no território brasileiro (FAGUNDES & JÚNIOR, 2008).

De acordo com Jesus et al (2007), a Educação Ambiental é importante na formação do indivíduo porque abre uma perspectiva vital através do manejo das diversas variáveis da

dinâmica da vida, além de conseguir colocá-lo como ser natural e, por sua vez, também como um ser social. Essa dupla visão é a que vai permitir ao indivíduo ser consciente de sua realidade e dinamizar o processo de mudança, buscando sempre o equilíbrio do seu entorno (dimensão ambiental).

Segundo Caldart (2004), “construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para a atuação em diferentes espaços educativos”, assim sendo, vemos que a Educação Ambiental pode contribuir com os ideais da Educação do Campo, uma vez que procura através do espaço educativo da escola, problematizar os aspectos naturais e sociais que perpetuam a vida dos educandos, possibilitando-lhes o desenvolvimento da leitura crítica de sua realidade. Desta maneira, dá a sua contribuição à formação dos educandos excitando-os a perceberem as relações socioambientais que fazem parte de suas vidas, bem como, auxilia no desenvolvimento de valores de igualdade e de respeito à diversidade, individuais e coletivos, valores de emancipação.

Carvalho (2004) refere-se à educação, dizendo que ela não deve tomar o indivíduo como unidade básica, isto é, não deve ser centrada no indivíduo, como também, não deve ser direcionada a coletivos abstratos. E ainda ressalta que a formação acontece sobre as relações indivíduo-sociedade, deste modo, só fazem sentido se pensados em relação. Os seres humanos vivem em sociedade e interagem no ambiente natural e social, individual ou coletivamente, por isso a Educação Ambiental Crítica preocupa-se com estas relações e procura através da prática despertar a responsabilidade do sujeito consigo próprio, com os outros, com o ambiente natural e com planeta. De fato ter responsabilidade com o mundo é ser responsável consigo próprio, com os outros e com o ambiente sem dicotomizar essas dimensões.

Este trabalho com palestra e dia de campo com as famílias assentadas do Projeto de Assentamento Eldorado II, foi realizado a partir da situação existentes encontradas, com visita “in locu” das áreas de APP - Áreas de Preservação Permanente, RL - Áreas de Reserva Legal. A partir desse procedimento foi construída uma estratégia para realização de palestra e dia de campo com intuito de promover a conscientização e os procedimentos cabíveis, para que os familiares pudessem utilizar suas parcelas de um modo adequado com geração de renda familiar e produção de forma sustentável e em equilíbrio com o meio ambiente.

Sujeitos: Participaram da palestra e dia de campo 40 pessoas sendo elas titulares de suas parcelas com idade variada entre 18 a 60 anos, com participação de no mínimo de 20% de mulheres. São pessoas na maioria apenas com estudo iniciais e alguns semi alfabetizados.

Procedimentos de coleta de dados:

Foram utilizados para este relato observação de campo “in lo cu”, fotos de ocupação inadequada da agropecuária das áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal.

Tratamento dos dados coletados:



Figura 01 – Parte Teórica



Figura 02 – Parte Teórica

Na parte teórica correspondente as figuras 01 e 02, foram explanadas aos familiares participantes assuntos pertinentes às leis que regem as áreas de RL – Reserva Legal e APP – Área de Preservação Permanente e formas de preservação e conservação das áreas de RL e APP e dos componentes que fazem partes tais como: solos e águas .



Figura 03 – Visitação na área de RL



Figura 04 – Visitas nas Áreas de APP sem Matas Ciliares



Figura 05 - Área de APP sem Vegetação



Figura 06 – Observação nas áreas de APP

Nas figuras 03, 04, 05 e 06 foram demonstrados aos familiares das áreas de RL Reserva Legal e APP Áreas de Preservação Permanente, áreas essas sem matas e forma de recomposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na circunstância em que as famílias se encontravam a respeito da conscientização sobre as questões sócio-econômico-ambientais dentro da unidade de produção familiar e do próprio projeto de assentamento, incumbindo à utilização de áreas de domínio público ambiental; surgindo assim, a necessidade da realização de palestra e dia de campo, com orientações através da educação ambiental aos familiares do projeto de assentamento Eldorado II. As orientações resultaram em um mecanismo direto de aprendizagem para o entendimento do uso inadequado do sistema produtivo, tanto no lote, quanto nas áreas de RL- Reserva Legal e APP – Áreas de Preservação Permanente, podendo vir a ser um prejuízo irreversível aos recursos naturais disponível no projeto de assentamento, que são essenciais para manter o equilíbrio sustentável entre o meio e as famílias assentadas. Todos os familiares que participaram da palestra e o dia de campo saíram satisfeitos e conscientes da importância da conservação das áreas ambientais não somente em sua parcela, mais em toda a influência do projeto de assentamento Eldorado II. Portanto o papel mais relevante destes familiares é assimilar e disseminar esta conscientização ambiental para outros indivíduos, que consequentemente irão se multiplicar, passando estas informações de conceitos ambientais de geração para geração, resultando em um convívio ambientalmente correto e sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

Resultados Obtidos após 01 ano 10 meses da Palestra:

Observando a figura 07 e figura 08 demonstra entrevista com alguns participantes da palestra e dia de campo, sendo assim perguntado aos presentes qual foi o aproveitamento posterior obtido através da aula teórica e prática realizada “in locu” sobre as questões ambientais que envolvem o Projeto de Assentamento Eldorado II nas áreas de RL, APP e nas Unidades de Produção Familiar. Foram relatados que após a visita “in locu” nas áreas de RL e APP, os participantes ficaram mais lúcidos a respeito das leis de proteção dessas áreas, além de fazer em sua parcela “lote” procedimentos tais como construção de composteira para reciclagem de lixo, uso adequado de embalagem de agrotóxicos, destinação de forma correta de embalagem plástica e materiais inorgânicos. Sabendo que também a utilização ou uso

dessas áreas poderão acarretar multas e principalmente danos para meio ambiente. Pois para haver um desenvolvimento sócio-econômico-ambiental da realidade local, tem que existir a consciência de preservação e conservação do ambiente como um todo para que o desenvolvimento aconteça de forma sustentável.



Figura 07 – Entrevista com os parceiros



Figura 08 – Momento das perguntas

REFERÊNCIAS

XIMENES, I. F. ; MAIA, M. J. do C. ; LIMA, C. dos S. L. Estudo de impacto ambiental em área de assentamento rural: uma avaliação do passivo ambiental do projeto de assentamento Porto Alonso. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco-AC. Anais XLVI Congresso da SOBER. Rio Branco-AC: SOBER, 2008.

OLMOS F. et al. Assentamentos de reforma agrária, meio ambiente e unidades de conservação. *Proceedings of the V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 17-21 de junho 2007. Foz do Iguaçu*. 1 CD-ROM. 2007.

RIBEIRO, C. A. A. S.; et al. O desafio da delimitação de áreas de preservação permanente. *Revista Árvore*. vol. 29 no.2. Viçosa. 2005.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771 > Acesso em: 25 abril de 2013.

RHEINHEIMER, D. dos S. et al. Impactos das atividades agropecuárias na qualidade da água. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v.27, p.85–96, 2003.

FAGUNDES, N. A, JÚNIOR, C. V. S. G. Diagnóstico ambiental e delimitação de Áreas de Preservação Permanente em um assentamento rural. *Revista Acta Biológica Paranaense*, Maringá, v. 30, n. 1, p. 29-38, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24.

JESUS, Cláudio Portilho de et al. Educação ambiental. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2007

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005 p. 13-52.